

Lei de 95 não impediu invasão de quiosques

Francisco Stuckert

Deputada petista admite que governo anterior foi omissivo na fiscalização e permitiu aumento de áreas invadidas

Difícil entender como os quiosques puderam se proliferar tão rápida e irregularmente no DF - como vêm publicando esta semana o **Jornal de Brasília**, mostrando as conseqüências de tal invasão no Plano Piloto, Guará e Cruzeiro - se há quatro anos está em vigor uma lei específica e bastante criteriosa que normatiza o setor. É a lei nº 901, de 22 de agosto de 1995, que regulamenta a utilização de áreas públicas no Distrito Federal por quiosques, trailers e similares. "A idéia era legalizar uma atividade que já existia e crescia cada vez mais em toda região, sem nenhuma norma legal que a orientasse e fiscalizasse", lembra uma das autoras da lei, a deputada distrital Lúcia Carvalho (PT). "As pessoas simplesmente ocupavam as áreas públicas clandestinamente. O Estado não controlava e também não arrecadava nada com os quiosques".

À época líder do governo na Câmara Legislativa, Carvalho articulou os projetos de lei que já tramitavam sobre o assunto, como o dela própria e os dos deputados José Edmar (PMDB), Luiz Estevão (PMDB) e Manoel de Andrade (PMDB). O resultado da

fusão, avalia Lúcia, "foi uma boa legislação, fruto de muito tempo de discussão". Boa porque, justifica a deputada, contempla todos os lados envolvidos. "Os donos de quiosque, que garantem uma



Os quiosques se multiplicam, apesar de existir uma lei que proibe e disciplina a concessão de licença



Lúcia Carvalho, autora da lei, admite falha na fiscalização

fonte de sobrevivência e ainda geram empregos, mesmo que informais; o Governo, que legalizando e normatizando a atividade passa a arrecadar com ela; e o consumidor, que assim pode cobrar qualidade e

fiscalização sanitária, entre outras, deste tipo de serviço", detalha.

A deputada lamenta, entretanto, que o GDF não tenha seguido os critérios estabelecidos pela lei para a atividade,

gerando a situação de esgotamento atual. "O Estado não conseguiu levar a cabo a 901 porque não fiscalizou adequadamente o seu cumprimento, isto é uma tarefa do Executivo", aponta. O detalhe é que quem ocupava o governo - no período em que os quiosques se espalharam pela cidade - era o também petista Cristovam Buarque.

A deputada entende a orientação do governador Joaquim Roriz no momento, de não retirar os quiosques ilegais - são mais de três mil só no Plano Piloto e 80% dos 800 do Guará. "Ele sabe que é reflexo da grave crise econômica e do desemprego, que já chegou a 23% em Brasília. A melhor saída é mesmo o que a maioria dos administradores está fazendo: chamar os ilegais para negociar, afinal, antes este tipo de trabalho do que a marginalidade", pondera.

MARCIA QUADROS

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA